Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.
Companna de Techologia e Desenvolvimento 5.A.
Demonstrações contábeis em 30 de junho de 2021
e relatório dos auditores independentes

SUMÁRIO

	Página
Relatório sobre a Revisão de Informações Contábeis Intermediárias	03
Balanço Patrimonial - Ativo	05
Balanço Patrimonial - Passivo e Patrimônio Líquido	06
Demonstração dos Resultados dos Períodos	07
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	08
Demonstração dos Fluxos de Caixa	09
Demonstração do Valor Adicionado	10
Notas Explicativas	11



Relatório sobre a Revisão de Informações Contábeis Intermediárias

Aos Acionistas e Administradores da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. Londrina - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A (Companhia), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração das informações intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relacionada a continuidade operacional

As demonstrações contábeis indicam que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 2.156 mil no período findo em 30 de junho de 2021 e, também nessa data, o total do passivo circulante e não circulante excedeu o ativo total em R\$ 5.060 mil. Essa condição, juntamente com os assuntos descritos nas notas explicativas 1 – Contexto Operacional e 19 – Evento Subsequente, relacionados, respectivamente, a reestruturação acionária, onde a Companhia deixou de ser controlada pela Sercomtel S.A. Telecomunicações, sua então principal cliente, e ao rompimento dos contratos de



prestação de serviços com a própria Sercomtel S.A. Telecomunicações e sua controlada, Sercomtel Participações S.A., indicam a não geração de caixa suficiente para a manutenção e ampliação das atividades operacionais e, consequentemente, a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios, pressupondo-se, portanto, o sucesso das medidas que vêm sendo adotadas no processo de equacionamento e reestruturação mencionados na nota explicativa 19. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que esta demonstração não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Maringá, 18 de outubro de 2021.

BEZ Auditores Independentes S/S CRC PR 5.010/0-2

Valdemir Bez Contador CRC PR 037.262/0-2

	Nota	30/06/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		1.455	1,968
Caixa e equivalentes de caixa	4	17	506
Contas a receber	5	1.095	1.081
Impostos e contribuições a recuperar	6	4	4
Adiantamentos		309	337
Estoques		7	9
Despesas antecipadas		23	31
NÃO CIRCULANTE		3.396	3.884
Contas a receber	5	-	131
Depósitos judiciais	8	135	114
Imobilizado	9	3.243	3.636
Intangível	10	18	3
		4.851	5.852

Balanço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido (Em Milhares de Reais)

	Nota	30/06/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		4.113	3.426
Fornecedores		1.664	1.447
Obrigações sociais		1.907	1.523
Obrigações fiscais		96	114
Utilidades e serviços a pagar		446	342
NÃO CIRCULANTE		5.798	5.330
Impostos parcelados	12	20	20
Provisão para contingências	13	5.778	5.310
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	(5.060)	(2.904)
Capital social		37.591	37.591
Prejuízos acumulados		(42.651)	(40.495)
		4.851	5.852

Demonstração do Resultado do Exercício (Em Milhares de Reais)

	30/06/2021	30/06/2020
Receita bruta de serviços prestados	6.388	5.544
Deduções da receita	(402)	(359)
Receita operacional líquida	5.986	5.185
Custo dos serviços prestados	(5.548)	(6.427)
Resultado bruto	438	(1.242)
Despesas operacionais	(2.610)	(4.084)
Despesas gerais e administrativas	(2.151)	(1.673)
Outras receitas (despesas) operacionais	(459)	(2.411)
Resultado opereracional antes do resultado financeiro	(2.172)	(5.326)
Resultado financeiro	16	69
Lucro líquido	(2.156)	(5.257)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Milhares de Reais)

_	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2020	37.591	(37.515)	76
Resultado líquido do período		(2.980)	(2.980)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	37.591	(40.495)	(2.904)
Resultado líquido do período	<u>-</u>	(2.156)	(2.156)
Saldos em 30 de junho de 2021	37.591	(42.651)	(5.060)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	30/06/2021	30/06/2020
Atividades Operacionais		
Resultado líquido do exercício	(2.156)	(5.257)
Ajustes por:		
Depreciação	398	407
Provisão para contingências	599	2.477
Reversão da provisão para contingências	131	(51)
	(1.290)	(2.424)
Variações no ativo		
(Aumento) Redução em contas a receber de serviços	116	2.691
(Aumento) Redução em estoques	2	(1)
(Aumento) Redução em outros créditos	14	(72)
	132	2.618
Variações no passivo		
Aumento (Redução) em fornecedores	217	(19)
Aumento (Redução) em obrigações sociais	383	170
Aumento (Redução) em obrigações fiscais	(18)	(82)
Aumento (Redução) em outras contas a pagar	104	(143)
	686	(74)
Total das atividades operacionais	(472)	120
Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado	(17)	(37)
Total das atividades de investimentos	(17)	(37)
Aumento/Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(489)	83
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	506	813
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	17	896
Variação no caixa e equivalentes de caixa	(489)	83

Demonstração do Valor Adicionado (Em Milhares de Reais)

	30/06/2021	31/06/2020
RECEITAS		
Receita de mercadorias, produtos e serviços	6.388	5.544
	6.388	5.544
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Material e serviços de terceiros	(1.295)	(3.379)
	(1.295)	(3.379)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	5.093	2.165
(-) QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO		
Depreciação e amortização	(393)	(407)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	4.700	1.758
(.) VALOR ADICIONADO TRANCFERIDO		
(+) VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO Receitas financeiras	31	83
Receitas illialicellas		03
	31	83
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	4.731	1.841
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:	4.731	1.841
PESSOAL E ENCARGOS		
Remuneração direta	3.901	4.182
Honorários da administração	178	175
Benefícios	1.176	1.349
FGTS	306	311
	5.561	6.017
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		
Federais	923	686
Municipais	140	122
~	1.063	808
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS		
Juros e variações cambiais	51	60
Aluguéis	212	213
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	263	273
Lucros retidos	(2.156)	(5.257)
Luci 05 i cuu05	(2.150)	(3.237)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade de economia mista, constituída em 1999, com sede em Londrina-PR, tendo por objetivo a projeção, implantação, operação e manutenção de centrais de atendimento no Brasil e no exterior, bem como a comercialização de tais serviços, o estabelecimento de parcerias para o fornecimento de serviços de valor agregado, a participação em associações ou empreendimentos relacionados a seu objeto social, e o desenvolvimento e implantação de projetos de CRM - *Customer Relation Management*, voltados ao gerenciamento de relacionamento de clientes.

Em 2019 a Companhia passou por mudança significativa na sua estrutura acionária. Após a aprovação da Lei 12.871/19, de 12 de junho de2019, a qual condicionou a desestatização da Sercomtel Telecom S.A. à venda das participações na subsidiária Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A (nova denominação da então Sercomtel Contact Center) – CTD – para o Município de Londrina, bem como a aprovação da Lei nº 12.912/19 (publicada no Diário Oficial do Município de Londrina, em 16 de setembro de 2019), a qual autorizou o Município de Londrina a promover a transformação societária e operacional da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento, foi estabelecido pelos devidos Conselhos de Administração e Assembleias Gerais Extraordinárias, a venda de 39,7% das ações da CTD para o Município de Londrina e 40,7% para a Sercomtel Iluminação S.A., ações estas pertencentes à Sercomtel S.A. Telecomunicações, empresa controlada pelo Município de Londrina. Com isto, a Sercomtel S.A. Telecomunicações deixou de ser a controladora, continuando, contudo, com parte do capital da Companhia. Ainda de acordo com a Lei 12.912/19, Artigo 1º, parágrafo 1º, ficou autorizado uma ampliação das competências operacionais da Companhia, permitindo assim realizar os seguintes serviços:

- Implantar e executar o canal de comunicação entre a população e a Prefeitura de Londrina (Gestão de Demandas Prefeitura 156), por meio de solução integrada de atendimento e demais atividades correlatas e afins;
- II. Implantar e executar Telecobrança de IPTU (Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana), ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) e ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) e demais atividades correlatas e afins;
- III. Implantar e executar, por meio de contato telefônico ou outros meios eletrônicos, a comunicação e a divulgação de campanhas de vacinação e de prevenção de doenças endêmicas, para a Secretaria de Saúde e demais atividades correlatas e afins;
- IV. Implantar e operacionalizar, por meio de contato telefônico ou outros meios eletrônicos, o sistema de agendamento e avisos para consultas Prefeitura do Município de Londrina Estado do Paraná médicas, exames e procedimentos nos Postos de Saúde do município, e demais atividades correlatas e afins;
- V. Implantar e operacionalizar o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) em Londrina e Regido e demais atividades correlatas e afins;
- VI. Implantar infraestrutura de tecnologia da informação e gerir Redes de Computadores (Data Center) e demais atividades correlatas e afins;
- VII. Implantar e gerenciar o projeto de Cidade Inteligente (Smart City) no município de Londrina, interligando questões de mobilidade urbana, atendimento ao cidadão, saúde pública, educação, tecnologia da informação e comunicação, uso sustentável dos recursos naturais (energia, Agua, ar e solo), logística reversa, coleta seletiva, governança, iluminação pública, segurança, economia, empreendedorismo e demais atividades correlatas e afins.

Durante 2020, em continuidade ao atendimento da Lei Municipal 12.871/19, que tratou da desestatização da Sercomtel S.A. Telecomunicações, foi realizada em 23 de dezembro de 2020, a 96ª Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou sobre seu novo acionista majoritário, o Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, vencedor do leilão realizado em 18 de agosto de 2020. No mesmo ato, efetivou-se a transferência do restante da participação da Sercomtel S.A. Telecomunicações na Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. e na Sercomtel Iluminação S.A. para o Município de Londrina, deixando assim de compor o quadro de acionistas destas Companhias, obedecendo o disposto no Despacho Administrativo nº 56823/2020, emitido pelo Município de Londrina, o qual integrava o edital do leilão.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (Em Milhares de Reais)

Em 29 de dezembro de 2020, o Município de Londrina, através do Ofício nº 703/2020-GAB e 704/2020-GAB, determinou a transferência da totalidade das ações da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. para a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), uma sociedade de economia mista, cujo controlador é o Município de Londrina, por meio de aumento de Capital Social.

Através do Ofício 011/2021-GAB o Município de Londrina comunicou a Companhia sobre a adoção das medidas para efetivar a transferência das ações à CMTU, sendo que em 20 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia ratificou a referida transferência. Está previsto ainda, em data a definir, a realização de Assembleia Geral Extraordinária para que este ato seja devidamente registrado e arquivado nos órgãos competentes.

No final do primeiro trimestre, a Diretoria Executiva da companhia deliberou por contratar a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina - FAUEL para prestar o serviço de consultoria especializada visando a reestruturação organizacional, tendo como premissas tanto a necessidade de mudança no modelo de negócio com base na implementação dos serviços delegados pelo Município de Londrina à Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A., nos moldes da Lei Municipal nº 12.912/2019, quanto a situação econômico-financeira da empresa. Impende informar que o contrato com a Fauel foi firmado em 24/02/2021. O relatório de diagnóstico da FAUEL apontou a possibilidade viabilidade do novo modelo de negócio, desde que adotadas as medidas para reestruturação organizacional, adaptando a companhia ao modelo de negócio proposto no estudo. O projeto de reestruturação organizacional foi entregue aos administradores na data de 04/06/2021 e a proposta do novo modelo de negócios segue em análise pela diretoria da CTD.

A Companhia adota o regime público de gestão nas aquisições e contratações de mão-de-obra, através do qual a administração mantém metas de racionalização de custos e obtenção de níveis adequados de rentabilidade e geração de recursos das suas operações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis, bem como as correspondentes notas explicativas, foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade operacional da sociedade e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas são:

a) Apresentação das demonstrações contábeis

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência para apropriação de receitas, custos e despesas.

c) Mensuração da receita

O CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Clientes estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em Milhares de Reais)

Em suma, pelos novos requisitos, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

Não foi apurado efeito significativo no balanço patrimonial da Companhia decorrente de ajustes por aplicação do CPC 47.

d) Caixa e equivalente de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos líquidos de impostos auferidos até a data do balanço, que estão sujeitas a risco insignificante de mudanca de seu valor.

e) Contas a receber de clientes

São apresentadas pelo valor de realização. A sociedade constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para valores cuja recuperação é considerada remota, em montante considerado suficiente pela administração.

f) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias auferidas e a provisão para perdas.

g) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A companhia revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

h) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	30/06/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	-	191
Cheques administrativos	17	315
Aplicações financeiras	-	
	17	506

A Companhia considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos, cheques administrativos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Os cheques administrativos são da entidade bancária Santander S/A. As aplicações financeiras referiam-se a investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (97,5% do CDI), mantidas em instituições financeiras de primeira linha.

5. CONTAS A RECEBER

Em 30 de junho de 2021 o saldo de contas a receber está apresentado da seguinte forma:

	30/06/2021	31/12/2020
Clientes	1.095	1.081
Clientes - Longo Prazo	-	131
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
	1.095	1.212

Termo de Parcelamento Sercomtel S.A. Telecomunicações

Em dezembro de 2019 foi assinado termo de confissão e parcelamento de dívida, com a então controladora, Sercomtel S.A. Telecomunicações, referente a valores devidos entre setembro e dezembro de 2019, no montante de R\$ 4.718 mil, com recebimento previsto para ocorrer em 36 parcelas mensais e consecutivas, de R\$ 131 mil, atualizadas mensalmente por 120% da taxa DI.

Conforme previsto no referido termo, o pagamento das parcelas poderá ser antecipado a critério exclusivo da devedora. A parcela de entrada foi recebida em dezembro de 2019. Durante o exercício de 2020 foram recebidas as 12 parcelas mensais normais e 22 parcelas antecipadas. Desta forma, em 31 de dezembro de 2020 houve o pagamento da última parcela a receber, caracterizando - se assim, quitado o contrato em questão.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	30/06/2021	31/12/2020
Imposto de renda retido na fonte a compensar	3	3
Outros	1	1
	4	4

Os créditos tributários gerados a partir de prejuízos fiscais, base negativas e diferenças temporárias detidos pela companhia, serão compensados com impostos sobre lucros futuros.

7. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a Sercomtel S.A. Telecomunicações, a qual foi acionista da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. até o dia 23 de dezembro de 2020 (vide detalhes na nota explicativa 1. Contexto Operacinal), foram realizadas em condições e preços normais praticados pelo mercado. A partir daquela daquela data não mais constará os descritivos de saldos uma vez que a Sercomtel S.A. Telecomunicações não se enquadra como partes relacionadas. Em relação o Município de Londrina, Sercomtel Iluminação e Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização, não há saldos em aberto.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Corresponde aos valores depositados em juízo, relativo a ações trabalhistas, realizados para execução dos recursos em outras instâncias para questionamentos de decisão proferida ou para cumprimento de despacho decisório a fim de reavaliar os valores devidos nas causas julgadas.

30/06/2021	31/12/2020
135	114
135	114
	30/06/2021 135 135

Estes valores são classificados na ativo não circulante, sem previsibilidade de realização. A área jurídica da Companhia realiza acompanhamento periódico do andamento processual e ocorrendo perda da causa, o valor é revertido para despesa, sendo complementado se for o caso ou, em caso de ganho da causa, o valor do ativo é baixado conforme o crédito em conta bancária.

9. IMOBILIZADO

	Taxa						
	anual de	Saldo em		Trans-	Ajuste	Depre-	Saldo em
	deprec	31/12/2020	Adições	ferência	inventário	ciação	30/06/2021
Máquinas e equipamentos	10%	2.456	-	-	-	(284)	2.172
Móveis e utensílios	10%	76	-	-	-	(22)	54
Equipamentos de informática	20%	329	-	-	-	(62)	267
Instalações	4%	750	-	-	-	(20)	730
Veículos	20%	25	-	-	-	(5)	20
Imobilizado em curso							
		3.636			-	(393)	3.243
Custo do imobilizado		8.398					8.398
Depreciação acumulada		(4.762)					(5.155)
Imobilizado líquido		3.636					3.243

A Companhia revisa anualmente as vidas úteis econômicas dos bens que integram o ativo imobilizado, em conformidade com o previsto no CPC 27 - Ativo Imobilizado.

10. INTANGÍVEL

%	31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização	30/06/2021
20	3	16	-	(1)	18
	-	-	-	-	-
	3	16	-	(1)	18
	742				758
	(739)				(740)
	3				18
		20 3 - 3 - 742	3 16	3 16 - 3 16 - 742	20 3 16 - (1) 3 16 - (1) 742

Os direitos intangíveis estão representados por licenças de uso de softwares desenvolvidos por terceiros para utilização na operação, adquiridas entre 2011 e 2017.

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Participação de lucros e resultados para empregados

A Companhia efetuou um acordo de participação nos resultados junto ao SINTTEL – Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Paraná para funcionários que laboraram em 2019, através do documento Resolução PLR 02_2019, datado de 01 de setembro de 2019, onde foram estipuladas metas financeiras e não financeiras, sendo que o valor máximo de pagamento do PLR seria de 50% do salário base da folha de pagamento referente dezembro de 2019. Conforme cláusula quarta do referido Acordo, "Caso as metas financeiras forem atingidas, o valor base para distribuição do PLR (metas financeiras e não financeiras) fica definido em 50% da folha de pagamento. A folha será composta do salário-base de dezembro de 2019".

Pagamentos efetuados:

- a) 50% em maio de 2020: Esta parcela foi paga integralmente em maio de 2020, conforme estabelecido no acordo, tratou-se do atingimento das metas financeiras da empresa.
- b) 50% em agosto de 2020: A condição do pagamento da parte restante depois de avaliada de acordo com o atingimento (ou não) das metas não financeiras (colaboradores e áreas) foi pago de acordo com a avaliação das metas não financeiras, o saldo remanescente referente ao não atingimento foi revertido para resultado como outras receitas operacionais.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (Em Milhares de Reais)

Com relação ao exercício de 2020, foi elaborado um acordo coletivo entre a companhia e o sindicato dos empregados, no qual previa a continuidade do programa de pagamentos do PLR/2020. Contudo, não foi constituída esta provisão nas demonstrações contábeis de encerramento do exercício 2020 devido ao não atingimento das metas financeiras, o qual constitui o primeiro requisito para a continuidade do processo de elaboração do cálculo das participações dos empregados nos resultados.

12. IMPOSTOS PARCELADOS

	30/06/2021	31/12/2020
PIS, COFINS - Parcelamento ordinário	20	35
	20	35
Passivo Circulante	-	15
Passivo Não Circulante	20	20
	20	35

Em maio de 2019 a RFB comunicou a decisão do processo fiscal que tratava de compensação de impostos com crédito fiscal. Após analisado, a decisão foi acatada pela empresa, que resultou no deferimento parcial da compensação e levou ao retorno dos débitos fiscais PIS e COFINS de competência 01/2007, que faziam parte deste processo e não foi aceito na compensação. A empresa optou pelo parcelamento ordinário em 60 vezes.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	30/06/2021	31/12/2020
Contingências cíveis	5.501	4.912
Contingências trabalhistas	277	398
	5.778	5.310

A Companhia é parte em processos cíveis e trabalhistas que estão sendo discutidas judicialmente.

A administração, com base na reavaliação da expectativa de perdas dos processos cíveis, relacionadas a questões contratuais, efetuada pelos seus assessores jurídicos, decidiu constituir provisão em montante considerado suficiente para cobrir as referidas perdas. Em consequência de decisão judicial proferida em junho de 2020, os valores provisionados sofreram reajustes legais, sendo correção monetária e juros conforme índice determinado em juízo, desde seu ajuizamento até o mês junho de 2020. Como consequência houve um aumento na provisão para contingências cíveis ano de 2020. As ações trabalhistas passíveis de provisão contábil, também foram devidamente constituídas e estão representadas por reclamatórias de funcionários das operações de Londrina-PR.

Em 31 de dezembro de 2020 havia processos trabalhistas com estimativa de possível perda, conforme avaliação dos assessores jurídicos, no valor aproximado de R\$ 258 mil, ante R\$ 276 mil em 2019, compostas, em sua maioria, por ações relativas a empregados de empresas terceirizadas e enquadramento salarial, originadas, principalmente, pela operação de Londrina-PR.

Com relação aos processos cíveis, não há valor de perda possível estimado pela área jurídica. Há uma estimativa de ganho possível de R\$ 1.869 mil relativo, em geral, a ações relacionadas a questões contratuais.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 30 de junho de 2021, o capital social subscrito é de R\$ 37.591 mil, representado por 37.591.295 ações com valor unitário de R\$ 1,00, distribuído da seguinte forma:

Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
4.041.978	40,4	11.261.884	40,8	15.303.862	40,7
3.943.392	39,4	10.987.204	39,8	14.930.596	39,7
1.873.112	18,7	5.218.922	18,9	7.092.034	18,9
142.181	1,4	122.286	0,4	264.467	0,7
320	0,0	16	0,0	336	0,0
10.000.983	100	27.590.312	100	37.591.295	100
	Quantidade 4.041.978 3.943.392 1.873.112 142.181 320	Quantidade % 4.041.978 40,4 3.943.392 39,4 1.873.112 18,7 142.181 1,4 320 0,0	Quantidade % Quantidade 4.041.978 40,4 11.261.884 3.943.392 39,4 10.987.204 1.873.112 18,7 5.218.922 142.181 1,4 122.286 320 0,0 16	Quantidade % Quantidade % 4.041.978 40,4 11.261.884 40,8 3.943.392 39,4 10.987.204 39,8 1.873.112 18,7 5.218.922 18,9 142.181 1,4 122.286 0,4 320 0,0 16 0,0	Quantidade % Quantidade % Quantidade 4.041.978 40,4 11.261.884 40,8 15.303.862 3.943.392 39,4 10.987.204 39,8 14.930.596 1.873.112 18,7 5.218.922 18,9 7.092.034 142.181 1,4 122.286 0,4 264.467 320 0,0 16 0,0 336

Em abril de 2004, a acionista Atende Bem, retirou-se do controle administrativo sem que tivesse efetuado a totalidade da integralização do capital devido. Desde então, a administração da companhia vinha sendo exercida pela acionista Sercomtel S.A. Telecomunicações.

A acionista Atende Bem, por sua vez, impetrou ação requerendo o cancelamento de sua obrigação de integralizar o capital, alegando sua saída do controle da Companhia.

Na 34ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de julho de 2015, os acionistas declararam prescritas as ações subscritas e não integralizadas da empresa Atende Bem, baseados em sentença de ação de execução de título extrajudicial, transitada em julgado em 29 de abril de 2014, a qual extinguiu o processo, suportada na decisão do Tribunal de Justiça do Paraná, que dispensou a Atende Bem de efetuar o pagamento das ações. Com isto, a administração da Companhia decidiu manter as ações não integralizadas em tesouraria.

Em 01 de julho de 2016, através da 38ª Assembleia Geral Extraordinária, foi decidido pelos acionistas pela não aquisição das ações em tesouraria. Com isso, após findado o prazo de doze meses para alienação desses títulos, conforme definido na 34ª Assembleia Geral Extraordinária, e sem que houvesse sua alienação, o capital social subscrito foi reduzido para a soma do capital efetivamente integralizado.

Em 2019 a Companhia passou por mudança significativa na sua estrutura acionária. Após a aprovação da Lei 12.871/19, de 12 de Junho de2019, a qual condicionou a desestatização da Sercomtel Telecom S.A. à venda das participações na subsidiária Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A (nova denominação da então Sercomtel Contact Center) – CTD – para o Município de Londrina, bem como a aprovação da Lei nº 12.912/19 (publicada no Diário Oficial do Município de Londrina, em 16 de setembro de 2019), a qual autorizou o Município de Londrina a promover a transformação societária e operacional da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento, foi estabelicido pelos devidos Conselhos de Administração e Assembleias Gerais Extraordinárias, a venda de 39,7% das ações da CTD para o Município de Londrina e 40,7% para a Sercomtel Iluminação S.A., ações estas pertencentes à Sercomtel Telecom empresa controlada pelo Município de Londrina. Com isto, a Sercomtel S.A. Telecomunicações deixou de ser a controladora, continuando, contudo, com parte do capital da Companhia.

Durante 2020, em continuidade ao atendimento da Lei Municipal 12.871/19, que tratou da desestatização da Sercomtel S.A. Telecomunicações, foi realizada em 23 de dezembro de 2020, a 96ª Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou sobre seu novo acionista majoritário, o Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, vencedor do leilão realizado em 18 de agosto de 2020. No mesmo ato, efetivou-se a transferência do restante da participação da Sercomtel S.A. Telecomunicações na Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. e na Sercomtel Iluminação S.A. para o Município de Londrina, deixando assim de compor o quadro de acionistas destas Companhias, obedecendo o disposto no Despacho Administrativo nº 56823/2020, emitido pelo Município de Londrina, o qual integrava o edital do leilão.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (Em Milhares de Reais)

Em 29 de dezembro de 2020, o Município de Londrina, através do Ofício nº 703/2020-GAB e 704/2020-GAB, determinou a transferência da totalidade das ações da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. para a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), uma sociedade de economia mista, cujo controlador é o Município de Londrina, por meio de aumento de Capital Social.

Através do Ofício 011/2021-GAB o Município de Londrina comunicou a Companhia sobre a adoção das medidas para efetivar a transferência das ações à CMTU, sendo que em 20 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia ratificou a referida transferência. Está previsto ainda, em data a definir, a realização de Assembleia Geral Extraordinária para que este ato seja devidamente registrado e arquivado nos órgãos competentes.

15. PREJUÍZOS FISCAIS, BASE NEGATIVA E CRÉDITO FISCAL DIFERIDO

Em 30 de junho de 2021, a companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Embora a Companhia tenha apresentado lucro nos exercícios de 2016 a 2019, em função da ausência de histórico de rentabilidade, os créditos fiscais estão sendo controlados, porém, não foram registrados contabilmente.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 30 de junho de 2021, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, tais como equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Sociedade não contrata operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.

17. SEGUROS

A Companhia mantém contrato de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

18. EFEITO DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Face os acontecimentos relacionados com a pandemia do coronavírus (covid19), a Administração da Companhia tem avaliado constantemente os potenciais impactos e seus efeitos sobre as áreas administrativas e de operações e tem tomado medidas visando conter a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos e sociais, sendo que até o momento não houve impacto relevante ou material em seus negócios decorrentes da pandemia que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações contábeis em 30 de junho de 2021. A Companhia continuará avaliando tais impactos e riscos e fará as divulgações necessárias quando pertinentes.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20/07/2021, o principal cliente da Companhia, Sercomtel S.A. Telecomunicações, rescindiu o contrato de prestação de serviços de *call center*, por conseguinte, acarretou redução de receita no valor mensal médio de R\$ 730 mil. Contudo, ainda serão emitidas notas fiscais mensais ao cliente até janeiro de 2022, referentes as comissões sobre vendas de serviços de internet e telefonia fixa realizadas dentro da vigência do contrato.

Em contrapartida à perda daquele cliente, celebrou-se em 28/07/2021, o contrato de prestação de serviço de solução completa para atendimento telefônico, tecnológico e mídias/multimeios com a

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (Em Milhares de Reais)

Companhia de Tecnologia Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, ocasionado o aumento de receita mensal no valor de R\$ 194 mil.

Na 60ª Assembleia Geral Extraordinária, junto aos Acionistas, realizada na data de 07/06/2021, o acionista Município de Londrina manifestou interesse em realizar o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC no montante de R\$ 1.500 mil, em virtude da reestruturação da Companhia, o qual foi consolidado em setembro de 2021 no valor de R\$ 1.358.440,25.

Outro ponto relevante a ser considerado no cenário de reestrutuação da Companhia é a possibilidade de doação pelo Instituto de Desenvolvimento de Londrina - CODEL do imóvel do Tecnocentro à Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. – CTD, que em resposta ao Ofício nº 145/2021 - CODEL/DCT, datado de 03/08/2021, manifestou a concordância e autorização para que a CTD tome as providências legais no sentido de transferir a propriedade do imóvel para si.

Em 31/08/2021 e durante o mês de setembro, a Companhia realizou o desligamento de 91 funcionários. Ação essa, que visa a continuidade da empresa baseada no estudo apresentado pela FAUEL em 04/06/2021.